



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Apresentação: 15/08/2024 14:18:39.380 - CPD  
SBT-A 1 CPD => PL 564/2024

SBT-A n.1

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 564,  
DE 2024**

Altera a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para dispor sobre direito de carga horária reduzida e de concessão de férias ao policial militar e ao bombeiro militar que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza, sem prejuízo da remuneração, independente de compensação de horário.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Altera a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para dispor sobre direito de carga horária reduzida e de concessão de férias ao policial militar e ao bombeiro militar que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza, sem prejuízo da remuneração, independente de compensação de horário.

**Art. 2º** O art. 18 da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, passa a vigorar acrescido dos incisos com a seguinte redação:

*“Art. 18º .....*

*XXXVIII – concessão de carga horária reduzida ao militar que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, sem prejuízo da remuneração, independentemente de compensação de horário, conforme regulamentação do respectivo ente federado.”*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*XXXIX – O direito a fazer coincidir suas férias com o recesso ou com as férias escolares da pessoa sob seu cuidado ao militar que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, sem prejuízo da remuneração, independentemente de compensação de horário, conforme regulamentação do respectivo ente federado*

**§ 1º** .....

*§2º Para fins de aplicação do disposto nos incisos XXXVIII e XXXIX deste artigo, considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra na definição prevista no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). ” (NR)*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão, em 13 de agosto de 2024.

Deputado **WELITON PRADO**

Presidente

